Terras de Trás-os-Montes
CIM-TTM Comunidade Intermunicipal

2021

ORÇAMENTO

E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2021-2025

APROVADO,

PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 11 / 11 / 2020

PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 23 / 12 / 2020

1. Introdução

1.1 Enquadramento Geral 3

1.2 Estrutura Organizacional 5

1.3 Orçamento 5

1.4 Recursos Humanos e Mapa de Pessoal 5

1.5 Atividades Relevantes 7

1.6 Plano Plurianual de Investimentos 28

2. Orçamento 29

2.1 Orçamento da Receita 30

2.2 Orçamento da Despesa 31

3. Recursos Humanos 34

4. Objetivos e Atividades 35

5. Mapa de Pessoal 36

6. Resumo do Orçamento

7. Plano Plurianual de Investimento

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento para o ano 2021 foi elaborado no âmbito da competência do Conselho Intermunicipal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Na previsão da receita e despesa foi seguido o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1.1 ENQUADRAMENTO GERAL

O Governo já apresentou no Parlamento o Orçamento do Estado para 2021, classifica-o como o exercício orçamental mais exigente dos últimos anos. A crise pandémica que atingiu a Europa no início de 2020 e as medidas necessárias para controlar a doença tiveram um impacto direto na quebra do consumo das famílias e na atividade das empresas. De acordo com as estimativas atuais, em 2020, o PIB português registará a maior queda desde o início do século XX (-8,5%).

O cenário macroeconómico apresentado neste orçamento prevê uma recuperação rápida do PIB em 2021 (+5,4%) e em 2022 (+3,4%), altura em que a economia deverá atingir o valor de 2019 e o défice orçamental das Administrações Públicas deverá voltar a ficar abaixo de 3% do PIB. Por seu lado, também a União Europeia teve uma resposta pronta ao desafio da crise pandémica. Foram criados mecanismos de resposta à crise, como é o caso do programa SURE (5.9 mil milhões de euros), um instrumento de financiamento de políticas de combate ao desemprego, e o REACT (1.8 mil milhões de euros), um programa da política de coesão para combater de forma rápida a recessão económica. Foi ainda lançado o Plano de Recuperação Europeu, um instrumento inédito de estímulo económico que articula investimentos estruturantes com reformas setoriais. Mais do que uma resposta à crise, este plano de recuperação visa transformar de forma estrutural as economias europeias, adaptando-as ao desafio digital e à urgente transição climática. Este plano beneficiará Portugal num montante financeiro de cerca de 13 mil milhões de euros até 2026.

Assim, efetuada esta contextualização da economia portuguesa e da europa, passaremos para o nível regional da NUTS III das Terras de Trás-os-Montes.

Ao nível regional, os indicadores de desenvolvimento revelavam alguma melhoria até ao estalar da crise pandémica que deixou todo o país em suspenso. Independentemente da situação vivida, a região continua com índices abaixo da média registada no litoral.

As opções estratégicas da CIM das Terras de Trás-os-Montes, em estreita harmonia com as opções nacionais assentam na:

- ✓ Promoção do empreendedorismo;
- ✓ Modernização da administração local, através da operação "Trás-os-Montes Conectada";
- ✓ Promoção da qualificação dos jovens, através do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.
- ✓ Promoção do território das TTM de forma sustentada, com o aumento da notoriedade do território através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores da Marca "Terras de Trás-os-Montes";
- ✓ Promoção e adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos.
- ✓ Melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e de bens.
- ✓ Garantia um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo. Acessibilidade, Inclusão Social e Justiça Social
- ✓ Promoção da Igualdade de Género
- ✓ Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa (em particular de CO2) e do consumo de energia.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

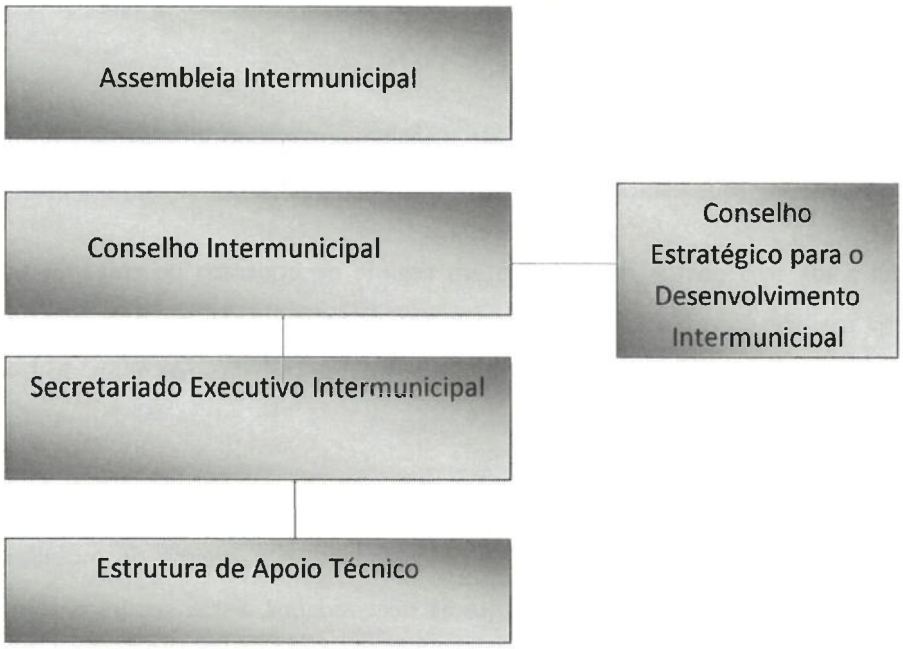

Figura 1 – Estrutura Organizacional

1.3 ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa tem o valor de **6.435.942,88€** que se traduz na transferência do Orçamento do Estado prevista, nas receitas provenientes de fundos comunitários de candidaturas que se encontram a ser desenvolvidas pela CIM-TTM, bem como na comparticipação dos Municípios para a execução da estratégia desta entidade.

1.4 RECURSOS HUMANOS E MAPA DE PESSOAL

O mapa de pessoal, elaborado conforme a lei geral do trabalho em funções públicas e que acompanha a proposta de orçamento, prevê o Secretariado Executivo Intermunicipal, que é composto apenas pelo Primeiro-secretário, conforme deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal na reunião realizada em 28.11.2017.

Dois técnicos superiores nas áreas da comunicação e engenharia florestal por tempo indeterminado.

Um docente em cedência de interesse Público proveniente do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

Encontram-se previstos três postos de trabalho por tempo indeterminado, na área da Gestão e do Marketing (que estão em fase final do procedimento concursal) e de Informática.

Inclui ainda três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo nas áreas de Gestão e Marketing que terminam a 15 de janeiro e de Informática que termina em 31 de agosto, bem como dois postos de trabalho nas áreas do Direito e Turismo a termo resolutivo certo, em fase de concurso.

No próximo ano prevê-se a criação de 2 postos de trabalho para Assistente Técnico (metrologista) a ser preenchido preferencialmente pelo regime de mobilidade. Seis técnicos superiores em área a definir mediante as necessidades. Estes recursos têm como objetivo a capacitação da CIM para executar as diferentes tarefas de que é responsável bem como a integração de serviços executados pelos municípios.

Além dos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal a CIM é apoiada por uma equipa técnica, composta por seis técnicos superiores provenientes das Associações de Municípios de fins específicos da área geográfica da CIM-TTM, designadamente, da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT). Esta equipa está afeta em 50% e inclui 5 técnicos para executar competências atribuídas à CIM-TTM enquanto Organismo Intermédio no âmbito da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Norte 2013-2020. Encontra-se ainda cedido a 95%, pela AMTQT, um Técnico Superior de Engª. Civil para apoiar na área do Transportes em virtude de a CIM ter assumido a responsabilidade de Autoridade de Transportes Intermunicipal e Municipal em 8 dos municípios.

Neste sentido, esses técnicos superiores foram afetos à CIM-TTM, em regime de mobilidade interna a órgãos ou serviços, tal como disposto no artigo 92.° da Lei n.° 35/2014, de 20 de junho.

As despesas com o pessoal referido no dois parágrafos anteriores, não refletem os custos na rubrica de Pessoal, uma vez que as remunerações e respetivas contribuições associadas são pagas pelos serviços de origem, ou seja, pelas associações de municípios de fins específicos AMTQT e AMTFNT. A CIM-TTM transfere para a AMTQT e para a AMTFNT a verba correspondente à afetação das despesas desses técnicos, por via de transferências correntes.

A CIM terá ainda ao abrigo da candidatura PEPAL 3 estagiários nas áreas de Engenharia Civil, Gestão e Design e Multimédia.

Aos trabalhadores são asseguradas condições em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, de formação e garantia de promoção conforme possibilidade legal e respetivo desempenho.

1.5 ATIVIDADES RELEVANTES

Neste ponto procuraremos explicitar as principais atividades a desenvolver no ano de 2021 que estão obviamente relacionadas com as opções estratégicas da CIM referidas no ponto 1.1 e com o orçamento para o próximo ano.

Constitui um objetivo primordial da CIM desenvolver atividades de âmbito supramunicipal sempre que possível com recurso a fundos comunitários por entender ser esta a melhor forma de maximizar os fundos próprios e conseguir mais recursos financeiros públicos, do Portugal 2020, para apoiar mais investimento na região.

De seguida daremos informação sobre os projetos/atividades de maior envolvimento da CIM assentes nos diferentes Programas de que a CIM é entidade beneficiária.

A CIM foi contratualizada, pelo Governo, no mês de agosto de 2015, para gerir o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial nas Terras de Trás-os-Montes (PDCT) no montante global de 58 122 943,23 euros, distribuído por eixos e Prioridades de Investimento tendo com o beneficiários a CIM, os Municípios, o IEFP, a DGADR, a DRAPN e outras entidades publicas e privadas. No decurso do processo de reprogramação do Portugal 2020 foi deliberado, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no mês de abril de 2019 o reforço da dotação financeira do PDCT das Terras de Trás-os-Montes no montante de 11 085 287,12 euros alocada às

prioridades de investimento (PI): 4.3. "apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas"; 8.3 "criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras"; 9.1 "inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade"; 9.7 "investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária" e 10.5 "desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

No âmbito do exercício de nova reprogramação do Portugal 2020 ocorrida no ano de 2020, também designada de reprogramação Covid 2020, a Autoridade de Gestão do PO Norte 2020 aprovou um reforço do PDCT das TTM no montante de 11 257 792.92 euros distribuídos pelas Prioridades de Investimento 8.8 (empresas), 9.4 (lares), 9.7 (equipamentos sociais), 10.1 (transição digital) e 10.5 (infraestruturas escolares). Também neste exercício registou-se uma redução das verbas alocadas às PI´s 4.3 (eficiência energética) e 9.1 (cultura para todos).

De entre as várias Prioridades de Investimento do PDCT a CIM é beneficiária de um conjunto de candidaturas de intervenção a nível supramunicipal das quais destacamos as mais relevantes para execução no ano de 2021:

1.5.1 TRÁS-OS-MONTES CONECTADA

Este projeto tem como objetivo a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada a implementar de igual forma em todos os municípios da região de modo a facilitar o acesso aos serviços públicos; implementação de um modelo integrado de atendimento que permite uma maior adequação dos serviços às necessidades da população, otimizando a gestão dos serviços e integração com plataforma de pagamentos eletrónicos; desenvolvimento de conectores entre a informação e dados gerados e armazenados na plataforma e as respetivas soluções já existentes; levantamento de serviços e uniformização de procedimentos de relacionamento com os cidadãos; realização de ações de formação em processos de modelação e inserção de conteúdos para os técnicos da CIM-TTM ou das Câmaras Municipais; aquisição de equipamento informático e de comunicação expressamente para a operação.

Trata-se de um projeto contratualizado no Pacto, na medida 2.3, que prevê a realização das seguintes ações:

a) Disponibilização de rede wi-fi em todos os municípios da região de modo a facilitar o acesso aos serviços públicos;

b) Implementação da plataforma "Trás-os-Montes Conectado" que permitirá interoperabilidade entre os sistemas de informação instalados nos 9 municípios, adaptação dos sistemas existentes nos Municípios de modo a respeitar os parâmetros definidos e garantir uma integração rápida; constituição de uma rede integrada de serviços partilhados ao cidadão e internamente à administração pública de modo a potenciar o trabalho em conjunto dos diversos municípios;

c) Cloud TTM: implementação uma infraestrutura que permitirá aos 9 municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar os recursos a centralizar e aumentar a segurança da informação.

d) Este projeto será finalizado no ano de 2021.

1.5.2 SMART REGION

A Smart Region consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISSO 37120, que fornece uma abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a CIM-TTM.

Enquadra-se na na Tipologia de intervenção 50 – Promoção das TIC's na administração e serviços públicos, abarcando as seguintes tipologias de ação:

- Aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos na região, através de projetos inovadores de utilização das TC na resposta a desafios societais emergentes;

- Criação das condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico na região e à articulação entre entidades em matérias de redes e serviços TIC, através da adoção de soluções que permitam construir serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis;

-Aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono de entidades públicas da região, através da adoção de soluções que promovam uma maior eficiência interna dos serviços públicos.

A operacionalização destas ações permitirão cumprir os objetivos preconizados no PDCT-TTM, designadamente a implementação de uma plataforma Smart por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da EcoRegião e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da Região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Pretende-se estrategicamente fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos públicos, assim como o acesso e uso dos serviços públicos digitais e de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através das TIC's.

Este projeto será desenvolvido nos anos de 2021 e 2022.

1.5.3 PLANO INTEGRADO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar é uma medida contratualizada no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes, na PI 10.1 que prevê a implementação de medidas que permitam melhorar os indicadores relativos ao sucesso escolar.

Este Plano assenta em três pilares: família, escolas/professores e comunidades.

O PIICIE-TTM tem como base o trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-Terras de Trás-os-Montes, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Pretende-se com a implementação do PIICIE reforçar esta rede colaborativa na convicção de

que só com a cooperação e o empenho de todos é que o sucesso escolar registará valores positivos impulsionadores do desenvolvimento económico e social da região.

O PIICIE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa de forma a alterar a realidade que caracteriza as terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no território. O objetivo é atingir valores abaixo dos 6% na taxa de retenção e desistência no ensino básico e alcançar os 15,2% no ensino Secundário.

No terreno estão 22 projetos, 7 de dimensão supramunicipal – transversais a todos os municípios- e 15 promovidos pelos municípios.

Os 7 projetos da responsabilidade da CIM encontram-se todos em execução, prevendo-se um maior incremento das atividades no ano de 2021 tendo em conta que no ano de 2020 a pandemia condicionou a execução de algumas atividades mas registou-se uma grande capacidade de ajustamento por parte de todos os intervenientes.

- Ciência Itinerante nas Terras de Trás-os-Montes;
- Dinamização da Rede Educativa e de Qualificação das Terras de Trás-os-Montes;
- Dinamizar Recursos técnicos e pedagógicos para o sucesso escolar em rede;
- Estudos, Comunicação, Monitorização e Avaliação do Plano;
- Plano de Ação para a Valorização da Educação – Formação de Jovens;
- Promoção do Empreendedorismo;
- Promover a Leitura e a Escrita.

O programa terá a sua conclusão no fim do primeiro trimestre de 2022.

1.5.4. *FORMAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES*

O investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação, associado ao objetivo específico de qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, são tidos como fundamentais na promoção da redução dos custos de contexto e criação um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local.

A convergência entre o desenvolvimento dos projetos de Modernização Administrativa e a implementação deste projeto de formação visa melhorar as capacidades profissionais dos trabalhadores abrangidos e rentabilizar os recursos físicos e tecnológicos ao seu dispor. Consequentemente, a capacidade de atendimento aos cidadãos e a qualidade dos serviços prestados evoluiu favoravelmente.

Evidencia-se que o caráter intermunicipal dos projetos de formação é garante de equidade da evolução dos serviços em cada um dos 9 municípios integrantes, o que consolida um desenvolvimento coletivo dos diversos serviços da Administração Pública Local nas Terras de Trás os Montes.

Da sua abrangência, alcança-se a rentabilização dos recursos materiais (tecnológicos) e humanos, através da sua capacitação, salvaguardando a pretensão do tratamento igualitário para os cidadãos e, ainda, promovendo a rapidez e transparência dos serviços prestados em cada um dos municípios na sua individualidade.

Resulta de uma clara e inerente necessidade de formação nas áreas de intervenção definidas no projeto de Modernização Administrativa, nomeadamente no contexto das novas competências associadas ao processo de descentralização previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

No âmbito do presente projeto e de forma a alcançarem-se os objetivos definidos, foram estabelecidos duas Áreas Macro de Intervenção, Inovação e Gestão da Mudança e Governação Digital, como opção metodológica de construção de um modelo de modernização e capacitação administrativa, operacionalizáveis através da implementação de 8 Intervenções formativas que interagem numa lógica de completa complementaridade e um vetor transversal que reforça todo o modelo e garante a atualização da massa crítica (recursos humanos) da Administração Pública Local.

Ao longo de várias reuniões de trabalho conjuntas e individualizadas, entre a CIM TTM e os Municípios que a integram, foi manifestado sempre o interesse em ter formação em todas as áreas de intervenção do projeto de Modernização Administrativa, designadamente aquelas que visem a melhoria da eficácia e eficiência dos serviços por via da simplificação dos regulamentos

e dos processos internos e ainda pela implementação de novos modelos organizativos. Preservando os pressupostos estabelecidos de Modernização Administrativa, e dando sequência aos resultados do diagnóstico de necessidades realizado junto dos municípios da CIM, o presente projeto dará suporte à concretização dos seguintes objetivos:

- Contribuir para o reforço das competências e da qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e para a melhoria do seu desempenho;

- A desmaterialização e/ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e desmaterializada;

- Desenvolvimento e integração dos sistemas e infraestruturas tecnológicas de suporte aos novos modelos de atendimento;

- Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, internos e externos à Administração Pública Local, que promovam ganhos de eficácia e eficiência que melhorem a interação da administração com cidadãos e empresas;

- Implementação de mecanismos que assegurem a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública Local, intermunicipal e central;

- Fomento da utilização de plataformas transversais de suporte à prestação de serviços eletrónicos;

- Consolidação de mecanismos de identificação, autenticação e assinatura eletrónicas;

- Implementação de iniciativas integradas de racionalização das TIC na Administração Pública Local com impacto, nomeadamente, ao nível da redução dos custos.

- Favorecer o desenvolvimento e a implementação de dispositivos de avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação dos utentes, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade, através do Modelo CAF.

A CIM TTM e os seus municípios associados pretendem, assim, continuar a responder às necessidades, crescentes, da prestação de serviços cada vez mais variados e complexos, tirando partido da evolução que se tem verificado ao nível das tecnologias de informação e comunicação.

O Projeto contempla duas ações de pós-graduação (SNC-AP e Contratação pública) e mais cinco ações nos seguintes temas relacionados com a modernização administrativa:

Estrutura Comum de Avaliação (Common Assessment Framework - CAF), Capacitação para a Modernização Administrativa e Transformação Digital, Capacitação para a Modernização Administrativa, Capacitação para a Economia Digital, "O RGPD na Administração Pública" e Capacitação Institucional das Freguesias.

Como a maioria das ações de formação são da tipologia formação/ação, ou seja formação no local de trabalho (on-job) o projeto ainda não avançou devido à pandemia esperando-se a concretização da candidatura no ano de 2021 e 2022.

1.5.5. *CULTURA PARA TODOS*

Este projeto tem como principal objetivo estruturar um conjunto de atividades que visam a inclusão e a capacitação dos indivíduos mais vulneráveis a nível social e que integram a população dos concelhos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, através da cultura e das artes. Pretende constituir um quadro valorativo da região, desenhado pela própria população alvo, de forma a alterar as representações sociais que os mesmos têm do seu território e de si próprios.

Potenciar a identidade do território de Trás-os-Montes, assume-se como um objetivo não só de valorização do território, mas de potenciação do mesmo, bem como das suas gentes. A integração de pessoas de diferentes etnias e nacionalidades, de diferentes competências, dependências e deficiências, revele não só a preocupação de um projeto intergeracional, inclusivo, interdisciplinar inovador, determinante para o avanço das sociedades.

É de realçar, o importante papel das equipas especializadas na medida em que é este interlocutor que capacita para a inovação dos processos criando uma ponte entre a tradição e a inovação, capacitando todos os intervenientes para futuras áreas de empregabilidade, esta mais orientada para os jovens e adultos que não tenham ainda um percurso profissional definido.

Este projeto visa também comunicar o potencial de identidade do território, através da simbiose entre a tradição e inovação, mas acima de tudo, pretende valorizar a arte e a cultura enquanto ferramenta para a inclusão e inovação social.

Atendendo à tipologia das ações a desenvolver na maioria das candidaturas municipais e da CIM e tendo em conta as limitações impostas pela pandemia nomeadamente à realização de atividades que promovam o aglomerado de pessoas, a Autoridade Gestão do PO Norte 2020

deliberou reduzir as candidaturas apresentadas nesta Prioridade de Investimento. Alguns municípios deslocaram as verbas para outros projetos e a CIM viu reduzida a verba para a sua candidatura em 30%.

O projeto da CIM compreende a realização do primeiro campeonato dos Jogos Tradicionais e terá a sua execução nos anos de 2021 e 2022.

1.5.6 PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

No âmbito do PROVERE – Programa de Valorização dos Recursos Específicos a CIM-TTM apresentou uma candidatura ao Programa Operacional NORTE 2020, tendo sido aprovada em finais do ano de 2017 uma Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) no valor de 4 137 746,45 euros. Durante o ano de 2019 este Programa foi reforçado em 2 511 565,84€. No ano de 2020 registou-se um novo reforço de verbas no montante de 2 392 500 euros. Este reforço tornou possível reforçar os projetos âncora municipais já contratados e em execução e ainda a criação de novos projetos âncora em alguns municípios.

A dinamização e implementação do Programa compete ao Consórcio constituído para o efeito e que é formado pela CIM-TTM que é a entidade líder, pelas Associações de Desenvolvimento Local, Corane, Desteque e Douro Superior, pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e pelo Instituto Politécnico de Bragança.

A EEC das Terras de Trás-os-Montes contempla 5 projetos âncora supramunicipais cujos beneficiários são a CIM, a Desteque e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e ainda 16 projetos âncora cujos beneficiários são os 9 municípios.

Das candidaturas referentes a 3 projetos âncora, de incidência transversal, da responsabilidade da CIM estão aprovadas e em execução "Gestão, coordenação e avaliação do consórcio da EEC PROVERE das Terras de Trás-os-Montes" e "Dinamização do Gabinete de Comunicação e Marketing". A operação "E-mob: Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes" iniciará a execução no ano de 2021 e terminará em 2022.

1.5.4.1 GESTÃO, COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CONSÓRCIO DA EEC PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Trata-se de um projeto que pretende otimizar o modelo de governação do Consórcio, através da articulação entre os promotores dos diferentes projetos âncora e das operações complementares, a gestão das parcerias e a reunião dos meios técnicos e humanos para cumprimento de atividades transversais ao Provere das Terras de Trás-os-Montes. Esta operação visa a promoção da Estratégia de Eficiência Coletiva bem como a promoção, divulgação e comunicação do Consórcio Provere das Terras de Trás-os-Montes

Esta operação contempla a constituição de uma equipa técnica para o acompanhamento do consórcio, constituída por recursos humanos da CIM-TTM.

1.5.4.2. COMUNICAÇÃO E MARKETING DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Este projeto pretende suprir as necessidades de promoção e divulgação de diferentes projetos alicerçados no Provere, através da estruturação e implementação de um só plano de comunicação e marketing do território transmontano, sob a marca "Terras de Trás-os-Montes" e execução de uma campanha promocional da mesma, concorrendo para os objetivos que são denominadores comuns a todos as operações âncora, a saber:

- Valorizar a marca "Terras de "Trás-os-Montes" e criar oportunidades de geração de valor para todos os agentes que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais.

- Aumentar os níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais investimentos e iniciativas.

- Experimentar uma abordagem de comunicação natureza disruptiva relativamente ao convencionado habitualmente na região, na sua forma e conteúdo.

- Associar os valores identitários do território das "Terras de Trás-os-Montes" aos seus produtos e serviços.

- Percecionar a marca "Trás-os-Montes" numa perspetiva diferenciadora da que tem sido convencionada até hoje, não cingindo a sua divulgação a uma índole identitária colada ao passado e à tradição do território.

Este projeto desenvolve-se em três ações, concretamente:

- Ação 1 - Desenvolvimento, gestão e sustentabilidade da marca "Terras de Trás-os-Montes";

- Ação 2 - Ações de promoção da Marca e dos produtos, serviços e estabelecimentos "Terras de Trás-os-Montes"; e

- Ação 3 - Campanha promocional da Marca "Terras de Trás-os-Montes".

Devido à pandemia do novo Corona Vírus várias ações de promoção, nomeadamente a presença em feiras e certames, foram inviabilizadas, esperando-se que no ano de 2021 seja dado um grande incremento das atividades de promoção e divulgação dos recursos que constituem os focos desta candidatura, turismo e os produtos locais.

Com a aprovação pela Assembleia Intermunicipal do Regulamento do Uso da Marca será efetuado um trabalho intenso de divulgação da utilização do selo da marca Terras de Trás-os-Montes pelos produtores potenciais interessados.

1.5.4.3. E-MOB: REDE DE PERCURSOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, humanas e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer ao ar livre. A região encerra em si um conjunto de linhas de caminho de ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela; e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem importantes recursos endógenos neste território, mas que atualmente estão desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto.
Adicionalmente, a EEC deste Provere identifica uma necessidade específica de intervenção: a interligação entre a Rota da Terra Quente e a Rota da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade suave elétrica para fins de turismo e lazer uma oportunidade para a concretizar.
A presente operação vem ao encontro de necessidades identificadas, tanto no território, como no mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:

1. Inovação territorial: a CIM TTM propõe-se a lançar nas Terras de Trás-os-Montes um ecossistema pioneiro de BTT elétrico, aproveitando uma linha de caminho de ferro desativada e os respetivos patrimónios ferroviários, que presentemente têm operações de requalificação aprovadas no quadro do PEDU e do Programa Valorizar. O BTT elétrico apresenta uma vantagem operacional muito significativa, pois implica níveis de investimento controlados ao nível das plataformas, dado que o traçado descontínuo, irregular e desafiante faz parte da experiência. A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas condições de guarda, carregamento e manutenção, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e singular no país;

2. Estruturação da oferta turística: o aproveitamento turístico das linhas de caminho de ferro desativadas das Terras de Trás-os-Montes tem o potencial de se constituir como um projeto estruturante para a sua organização da oferta turística. Com efeito, o E-mob - Rede de Percursos das TTM pressupõe a criação, a título piloto, de uma rede hierarquizada de percursos, assim organizada:

i) o percurso estruturante, a criar, que aproveita o canal desativado da linha de Caminho de Ferro do Tua, que se constituirá como o grande percurso de ligação e de integração da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes. Em face do investimento disponível, esta intervenção na linha do Tua terá um carácter piloto, favorecendo ainda a integração da Rota da Terra Fria e da Rota da Terra Quente;

ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres/BTT existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal.

A articulação entre o percurso estruturante e os complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

No ano de 2021 serão realizados os estudos e trabalhos técnicos relacionados com a Definição e Estruturação da Rede de Percursos e-Mob das Terras de Trás-os-Montes – Projeto Piloto (1 percurso Estruturante + 2x3 percursos complementares). Este estudo e

levantamento será materializado numa aplicação tecnológica que permita a orientação/navegação na rede de percursos.

Em 2022 será efetuada a aquisição de todos os equipamentos (bicicletas, tablets) e as infraestruturas de estacionamento, carregamento e manutenção.

1.5.7 PLANO AÇÃO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL (PAMUS) e TRANSPORTES

O planeamento e a mobilidade são temas que têm vindo a ganhar especial relevo nos últimos anos na gestão do território, pela influencia que tem quer nas condições de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, quer no desenvolvimento económico e sustentabilidade dos aglomerados urbanos.

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da União Europeia, pressupõe que os cidadãos, vivendo em cidades, vilas ou aldeias, disponham de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis. Implica, ainda, que a sua mobilidade se exerça com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais.

É, portanto, uma das matérias de interesse significativo para as pessoas que habitam o nosso território, ou que não o habitando o usam de igual modo, porque é nele que trabalham, estudam, ou simplesmente porque o visitam.

De acordo com o artigo 7.° do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n° 52/2015, de 9 de junho, as comunidades intermunicipais são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica.

A CIM é também (por delegação) autoridade de transporte municipal para todos os municípios com exceção do município de Bragança.

Para melhorar o serviço de transporte público de passageiros, tanto em quantidade, qualidade e reconhecimento, procedeu-se à elaboração de um Plano Operacional de Transportes que constitui a base documental do concurso público internacional a lançar no início de 2021 e que estará concluído o mais tardar até ao dia 2 de dezembro de 2021.

O Plano Operacional de Transportes é um instrumento estratégico de planeamento, implementação e gestão que define a rede e os parâmetros do serviço de transportes públicos a implementar nas Terras de Trás-os-Montes e que vem dar resposta aos problemas de mobilidade até agora existentes, quer no que diz respeito às ligações municipais, quer no que concerne às ligações intermunicipais e inter-regionais.

- ✓ Introdução de serviços de transporte flexíveis nas zonas de baixa densidade;

A implementação de serviços de transportes flexíveis deverá também assentar numa lógica de complementaridade com a oferta de serviços regulares, antevendo-se que os serviços de transporte flexível se estruturem, numa primeira fase, na criação de circuitos autónomos que assegurem a ligação dos lugares que atualmente apresentam problemas de défice de oferta, nos termos do RJSPTP, à sua sede de concelho e/ou sede de freguesia (caso aí exista uma oferta razoável de ligações de TC para a sede de concelho), assegurando o cumprimento de critérios de serviços mínimos estabelecidos pelo regime supra referido.

No Orçamento 2021 estão contempladas verbas correspondentes às compensações aos operadores pela realização do serviço público de transportes de passageiros no montante de 1.053.895,97€ correspondente aos 8 Municípios que delegaram na CIM-TTM a responsabilidade da Autoridade de transportes.

Ainda no âmbito dos transportes o Governo vai contemplar no Orçamento de Estado e no Fundo Ambiental, à semelhança do ocorrido no ano de 2020 o apoio no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART). As verbas previstas são idênticas mas a comparticipação da CIM aumenta para 20%.

1.5.8 AVALIAÇÃO DE RISCOS – PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL

As alterações climáticas são uma realidade em todo o mundo e a sua extensão e rapidez está a tornar-se cada vez mais evidente. O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos tem causado a perda de vidas e sérias consequências nas infraestruturas económicas e ambientais.

A adaptação é o rumo a seguir num futuro incerto que mudará de acordo com os cenários climáticos e socioeconómicos. Assim, a sociedade tem de estar preparada porque ao fazer uma

adaptação aos impactes atuais e futuros das alterações climáticas fortalece a sua resiliência a essas mudanças.

No que respeita à região abrangida pela Comunidade Intermunicipal (CIM) das Terras de Trás-os-Montes (Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais), esta região dispõe de uma avaliação de risco concretizada nos Estudos de Identificação dos Riscos e nos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios que integram a CIM-TTM, a qual carece da componente de avaliação de risco na ótica da adaptação às alterações climáticas, tendo em consideração os cenários futuros. Deste modo, pretende-se encetar o processo de adaptação às alterações climáticas com a presente operação de "Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal".

O cenário de implementação "Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal" caracteriza-se por um conjunto de mais-valias para o território de intervenção da CIM-TTM que é explicitado de seguida:

- Desenvolvimento de informação e conhecimento capaz de identificar e antecipar as vulnerabilidades e os impactes decorrentes das alterações climáticas, facilitando o planeamento. O planeamento realizado com base na aposta no conhecimento específico sobre as vulnerabilidades/riscos associados às alterações climáticas promove uma melhor adaptação às alterações climáticas, através de uma gestão mais eficiente das opções e medidas a considerar.
- Dotar a região da CIM-TTM de uma estratégia concertada e integradora, suportada por ações concretas de intervenção quer a nível intermunicipal, quer municipal;
- Definição de oportunidades que possam advir das alterações climáticas que facilitem o planeamento e a implementação de ações de adaptação que beneficiem não só esta região mas também que tragam co-benefícios para outras áreas.
- Identificação das vulnerabilidades presentes na região possibilitando a atuação na esfera dos riscos que a assolam, de um modo planeado e sustentado em opções de adaptação estudadas e adequadas à região da CIM-TTM, traduzidas em medidas de adaptação mensuráveis;
- Envolvimento da sociedade, em particular dos atores chave locais, os quais podem tornar a implementação de medidas de adaptação bem-sucedida. O envolvimento das

partes interessadas promove uma abordagem mais sustentável porque os próprios cidadãos assumem a responsabilidade.

- Capacidade de criar modelos de boas práticas decorrentes da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas.
- Facilidade de cooperação em planos transfronteiriços que possam surgir ou que no decorrer da presente operação possam surgir como uma antevisão de uma estratégia de adaptação eficiente.
- Atender ao preconizado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), contribuindo, à escala sub-regional, para a sua implementação;

Deste modo, pretende-se desenvolver e apresentar uma abordagem unificada com princípios comuns para a avaliação de riscos e definição de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

1.5.9 CAPACITAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA.

A Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, criou um sistema de informação cadastral simplificada, com vista à adoção de medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 9-A/2017, de 3 de novembro, diploma que determinou uma fase piloto ao delimitar a aplicação territorial aos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Sertã, Caminha, Alfândega da Fé e Proença-a-Nova, territórios afetados pelos incêndios de junho de 2017.

A Lei n.º 65/2019 generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada, integrando dois procedimentos: a) O procedimento de representação gráfica georreferenciada (RGG), previsto nos artigos 5.º a 12.º da Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, aplicável aos prédios rústicos e mistos, nos municípios que não dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica (CGPR) ou cadastro predial em vigor; b) O procedimento especial de registo, previsto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, aplicável aos prédios rústicos e mistos em todo o território nacional.

Neste contexto surge a necessidade de reforçar a capacidade institucional da administração local para o exercício das competências que lhe são confiadas pela Lei na organização e no

desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificada, designadamente no procedimento de representação gráfica georreferenciada.

Para o efeito a CIM assumiu a coordenação da candidatura e estabeleceu uma parceria formal com todos os municípios para operacionalizar a elaboração do cadastro simplificado que ao longo de dois anos deverá abranger metade das parcelas existentes em cada concelho.

1.5.10 DESCONSTRUIR TTM – DESCONSTRUIR ESTEREÓTIPOS CONSTRUIR IGUALDADE.

No âmbito do Aviso N° POISE- 22-2020-03, Tipologia de Operações1.06 - Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade a CIM é beneficiária de uma candidatura que prevê a realização de uma análise diagnóstica do território das Terras de Trás os Montes, em matéria de Igualdade e Não Discriminação, através da qual se estabelecerão linhas orientadoras concertadas entre a CIM-TTM e os municípios que a integram, cujo lema passa por Desconstruir estereótipos e Construir Igualdade.

Os 9 municípios empregam um total de 1859 colaboradores/as, dos quais 1077 são do sexo masculino e 782 do sexo feminino, correspondendo respetivamente a 57.9% e 42.1%.

A candidatura compreende a realização de 3 atividades ao longo dos anos de 2021 e 2022. As atividades a desenvolver em cada um dos 9 municípios constam de:

Atividade 1 – Diagnóstico.

O diagnóstico municipal da igualdade vai para além da identificação das vulnerabilidades e fragilidades, das potencialidades e dos recursos; implica, essencialmente, uma análise compreensiva das condições e modos de vida de mulheres e de homens, na procura de causalidades e no estabelecimento de relações e de conexões entre diferentes variáveis, indicadores e dimensões de determinado problema.

O diagnóstico é instrumento de trabalho para a elaboração de um plano adequado às necessidades, expectativas e aspirações a quem ele se destina – mulheres e homens munícipes de determinado concelho que têm o direito, constitucionalmente garantido, a uma vida cidadã em condições de igualdade para uns e para outras.

Atividade 2 - Elaboração e implementação do Plano para a Igualdade

Com base no diagnóstico realizado e na Política de Igualdade de Género definida, será possível proceder à elaboração de um Plano de Igualdade que contemple os domínios e grupos alvo aos quais as ações devem ser dirigidas, e que tenha em atenção contrariar padrões de género discriminadores de um dos sexos, existentes em qualquer área funcional da instituição bem como em áreas sob sua influência, onde possa intervir.

Para cada ação contemplada no plano de promoção de uma Política de Igualdade de Género devem ser definidos os objetivos, públicos-alvo, Entidades, Responsabilidades, Recursos, Calendarização e Indicadores de Desempenho.

6. Implementação das ações planeadas

Definido o Plano, os procedimentos de atuação e os objetivos (mensuráveis) a atingir, a instituição está em condições de implementar as ações planeadas e proceder à aplicação da sua Política de Igualdade de Género.

Atividade 3 -Divulgação e Avaliação do Plano para a Igualdade

A Divulgação do Plano para a Igualdade prevê a partilha da experiência desenvolvida ao longo de todo o processo de construção, elaboração e implementação do Plano com outras entidades congéneres.

O Acompanhamento e avaliação dos resultados assegura o acompanhamento das ações desenvolvidas e a avaliação dos resultados do processo no final das etapas estipuladas, para se aferir os progressos realizados quanto à Política de promoção da Igualdade de Género.

A Avaliação do Plano para a Igualdade contempla a avaliação de todo o processo de elaboração, aprovação e implementação do Plano por uma equipa/perito/a independente e externa.

No âmbito do Programa de Cooperação Fronteiriça – INTERREG V-A (POCTEP) a CIM é beneficiária de dois projetos:

1.5.11 FRONTUR – Turismo de Fronteira

Trata-se de um projeto dedicado ao turismo de fronteira e à valorização de produtos locais, nomeadamente os pequenos frutos e a castanha.

Este projeto tem como parceiros a Diputacion de Zamora e a CIM-TTM tendo a quase totalidade das ações concluídas e será encerrado no primeiro trimestre de 2021

1.5.12 DICOVER DUERO DOURO

O Discover Duero Douro é um projeto cujo principal desafio é fortalecer o eixo Duero-Douro como destino turístico sustentável, com base em experiências únicas, comprometidas com a inovação, qualidade e emoção que transmitem as paisagens e o património deste território transfronteiriço.

A Iniciativa será desenvolvida até final de 2021 e contribuirá para gerar desenvolvimento socioeconómico e parar o despovoamento, tem como parceiros Fundação Santa Maria la Real Património Histórico FSMRPH (BP), Grupo Empresarial inovador para Construção Eficiente AEICE, Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Duero AIMRD, Junta de Castela e Leão JCYL, Prefeitura de Zamora AYTO ZA, Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes CIM-TTM, Comunidade Intermunicipal do Douro CID, Associação de Municípios do Douro Superior

1.6 PATRIMÓNIO NATURAL

No âmbito do Aviso do Património Natural a CIM tem em execução duas candidaturas:

a) CARTA INTERMUNICIPAL DE DESPORTO DE NATUREZA

No âmbito desta candidatura foram previstas duas ações- a Carta Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes – documento caracterizador e orientador dos recursos existentes e potenciais para a prática do desporto de natureza com o objetivo de promover a fruição desportiva, para salvaguardar os recursos naturais e também a realização de um festival de turismo de natureza.

A Carta já foi elaborada enquanto que Festival de Natureza será realizada no mês de setembro de 2021 e contempla a realização de um aprova de cariz mundial de desporto de natureza que realçará as potencialidades na região neste setor de atividade.

b) O FESTIVAL PATRIMÓNIO IMPROVÁVEL assume como objetivo geral a promoção em rede de eventos culturais com elevado impacto, relacionados com o património de Trás-os-Montes (património classificado, mas de menor popularidade e ainda com reduzido grau de visitação turística), contribuindo para a projeção da imagem da região e para a geração de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico. O presente projeto preconiza processos colaborativos de apropriação e interpretação do território como uma ferramenta

para uma valorização dos seus patrimónios imaterial e material, transformando-os em palcos e, simultaneamente, em protagonistas de novas expressões criativas. É com esta visão e motivação que se concebeu um festival de programação cultural em rede, no destino Trás-os-Montes, organizado em dois ciclos/edições anuais entre maio e setembro, envolvendo nove espaços patrimoniais notáveis da Comunidade Intermunicipal. O excecional valor simbólico destes bens patrimoniais classificados encerra um enorme potencial turístico, ainda não devidamente aproveitado, considerando-se que estão presentemente reunidas as vontades e as condições para o seu efetivo desenvolvimento e sucesso. Face à necessidade de salvaguarda da integridade física dos recursos patrimoniais acresce, desta forma, a pertinência de uma estratégia de qualificação destes recursos enquanto âncoras da oferta de uma nova dinâmica de turismo cultural na região.

Devido aos condicionalismos impostos pela pandemia este projeto sofreu um atraso na sua execução.

1.7 OUTRAS ATIVIDADES

A par da realização dos projetos indicadas anteriormente, a CIM dará continuidade à prossecução das suas atribuições e objetivos, donde se destacam as competências atribuídas no âmbito da delegação de competências efetuada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020.

Sendo assim, um dos sectores que importa impulsionar enquanto elemento crucial para o desenvolvimento económico, social e ambiental do território é o Agrícola. Neste sentido, a elaboração de um Plano Estratégico de Regadio é um instrumento chave para conseguir o financiamento necessário para os investimentos que são precisos nesta área, tanto nos concelhos da Terra Fria como nos da Terra Quente Transmontana.

Num território onde a agricultura ainda se assume como uma das principais atividades económicas a elaboração de um Plano Estratégico de Regadio assume-se como essencial para a criação de riqueza, identificando prioridades, adaptando culturas e definindo os impactes económicos.

A estratégia passa pela otimização dos regadios já existentes e implementação de novos, criando as condições necessárias para uma gestão eficiente da água nas Terras de Trás-os-

Montes. Tal permitirá também fazer face aos períodos de seca que, nos últimos anos, têm afetado o território.

O orçamento para o ano de 2021 contempla verbas para a elaboração do Plano Estratégico Intermunicipal do Regadio nas TTM.

Noutro campo, sempre prosseguindo o desenvolvimento sustentável do território e tendo em conta o o significativo investimento que a CIM tem vindo a fazer na educação, nomeadamente através da implementação de diversos projetos no âmbito do PIICIE, a OCDE convidou a CIM.TTM para aplicar o Programa PISA nas escolas da região. De salientar que em Portugal, somente 4 CIM´s (Ave, Médio Tejo, Viseu Dão e Lafões e Terras de Trás-os-Montes) e um número limitado de municípios, num total de 100 escolas, foram convidadas para aplicar este programa.

O PISA para Escolas mede o conhecimento e as competências de leitura, matemática e ciências de alunos de 15 anos de idade. Também avalia as suas atitudes em relação à aprendizagem e à escola, bem como os ambientes de aprendizagem das escolas. Desde há 15 anos que o PISA é aplicado em mais de 80 países.

Este programa constituirá um valioso instrumento de capacitação das Escolas das TTM para alcançar a permanente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos.

A aplicação do Programa iniciou-se no final de 2020 e será concluída no ano de 2021.

A operação PEPAL - "Programa de Estágios Profissionais na Administração Local da CIM-TTM" pretende, promover a integração de jovens no mercado de trabalho, tendo como objetivos: Possibilitar aos jovens com qualificação superior a realização de um estágio profissional, em contexto real de trabalho, que crie condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho; – Promover novas formações e novas competências profissionais, que possam potenciar a modernização dos serviços públicos; – Garantir o início de um processo de aquisição de experiência profissional em contacto e aprendizagem com as regras, as boas práticas e o sentido de serviço público; – Fomentar o contacto dos jovens, designadamente os que não trabalham não estudam, nem se encontrem em formação, com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização e contribuindo para a melhoria do seu perfil de empregabilidade, a CIM-TTM terá em 2021 3 estagiários, licenciados, com o nível de qualificação 6, nas áreas de Engenharia Civil, Design Multimédia e Gestão.

Além de todas as atividades atrás descritas a mais relevante a concretizar no próximo ano consiste na elaboração da Estratégia e Plano de Ação para o próximo período de Programação 2021/2027.

Ao longo dos próximos 4 anos, outras atividades merecerão obrigatoriamente um forte empenho da CIM, nomeadamente:

- Preparação, negociação e operacionalização do Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027.

- A gestão intermunicipal da água e saneamento em baixa;

- Reforço das relações transfronteiriças e transnacionais,

1.8 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O PPI reflete a despesa associada à realização dos projetos e ações previstas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão das Terras de Trás-os-Montes, cujo promotor é a CIM-TTM, nomeadamente o projeto "Trás-os-Montes Conectado", "Smart Region Trás-os-Montes" e no Provere – E.mob.

2 ORÇAMENTO

2.1. APRESENTAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO PARA 2021

A previsão das receitas e despesas para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação orçamental: correntes e capital.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento para o ano de 2021

	Classificação Orçamental		**Total**
Descrição	***Correntes***	***Capital***	
Receitas	5.532.926,88 €	903.016,00€	6.435.942,88€
Despesas	5.532.926,88€	903.016,00 €	6.435.942,88€
Saldo	***0,00 €***	***0,00 €***	

O Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se mantém presente.

QUADRO 2 – Mapas de Orçamento 2021

ORÇAMENTO DA RECEITA

DESCRITIVO	2021
Receitas Correntes	
Rendimentos de Propriedade/Taxa Multas	100,00 €
Transferências do OE-DGAL	1.009.791,00 €
Transferências correntes (FEDER + FSE)	2682.012,90 €
Transferências correntes (Municípios)	1.838.992,98 €
Outras	1.500,00 €
TOTAL	**5.532.396,88 €**

Pela observação do quadro acima, conclui-se que a receita corrente prevista se divide em três grandes rubricas:

- Transferências do OE-DGAL: corresponde à transferência esperada a efetuar do Orçamento Geral do Estado, do Fundo Ambiental e do Fundo Florestal Permanente;

- Transferências correntes-FEDER e FSE: corresponde ao cofinanciamento comunitário das operações contratadas com os vários programas operacionais –

  PONORTE _ Trás-os-Montes Conectado, Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, Assistência Técnica, Cadastro Simplificado, Formação, Cultura para todos, Património Natural, Pamus, Provere, Pepal;

  POSEUR _ Avaliação de riscos;

  POISE_ Planos para a Igualdade;

  POCTEP_ Frontur, Discovery Douro Duero.

- Transferências dos Municípios, corresponde à contrapartida nacional dos projetos supramunicipais a executar/desenvolver pela CIM-TTM e verbas correspondentes às compensações por Obrigação de Serviço Público de Transportes de Passageiros.

Receita de Capital

DESCRITIVO	2021
Transferências Capital	
Transferências de Capital (FEDER + FSE)	803.713,99 €
Municípios da CIM-TTM	99.302.01 €
Total	**903.016,00 €**

Da análise do quadro acima, conclui-se que a receita de capital total prevista é de 903.016,00 Euros, proveniente da rubrica de transferências de capital-FEDER + FSE, que corresponde ao cofinanciamento da despesa de natureza capitalística a apresentar no âmbito das candidaturas Trás-os-Montes Conectado e Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e da transferência da contrapartida nacional proveniente dos Municípios integrantes da CIM-TTM.

ORÇAMENTO DA DESPESA

Despesas Correntes

DESCRITIVO	2020
Assembleia Intermunicipal	14.500,00 €
Conselho Intermunicipal	5.518.426,68 €
Despesas Correntes	
Despesas com pessoal	386.812,89 €
Aquisição de bens	65.260,00 €
Aquisição de serviços	4.578.108,99 €
Juros e outros encargos	2.118,00 €
Transferências correntes	485.005,00 €
Subsídios	50,00 €
Outras despesas correntes	1.000,00 €

TOTAL	**5.532.926.88€**

Da análise do quadro acima, importa fazer uma breve descrição das despesas associadas a cada grande rubrica:

- *Despesa com Pessoal* – conforme referido anteriormente, corresponde às remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e encargos da entidade para com a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do primeiro-secretário e dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal, incluindo os 3 de estágio PEPAL.

- *Aquisição de bens* - prevê-se uma despesa de 65.260,00 euros, a qual corresponde essencialmente à aquisição de combustíveis, de material de escritório, material de transporte, ferramentas e utensílios, material de educação, cultura e recreio, de acordo com as operações constantes do Provere, Equipamento de Proteção Civil e Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

- *Aquisição de serviços* - corresponde à maior verba das despesas correntes, onde estão previstos os projetos a executar pela CIM, bem como a locação de material de transporte, a Formação e a rubrica de publicidade que alberga uma parte de todos as candidaturas.

  Está também prevista a promoção do território da CIM-TTM, através da presença em feiras temáticas, nacionais e internacionais, bem como a elaboração de material promocional e aquisição de serviços de publicidade e divulgação.

  Na rubrica "transportes – compensações", estão contempladas verbas correspondentes às compensações aos operadores pela realização do serviço público de transportes de passageiros no montante de 1.053.895,99€ correspondente aos 8 Municípios que delegaram na CIM-TTM a responsabilidade da Autoridade de transportes.

- *Transferências correntes* - prevêem o valor a transferir para as associações de municípios de fins específicos, Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Terra Fria do Nordeste Transmontano, no âmbito da cedência dos recursos humanos afetos à Estrutura de Apoio Técnico constituída para o desempenho das competências atribuídas à CIM-TTM através do contrato de delegação de competências com a

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, bem como o acordo de cedência no âmbito dos transportes.

Despesas de Capital

DESCRITIVO	2021
Aquisição de bens de capital	
Investimentos	
Material de Transporte	31.000,00 €
Equipamento de informática	546.200,00 €
Software informático	229.975,00 €
Equipamento administrativo	93.340,00 €
Equipamento Básico	1.000,00 €
Investimentos incorpóreos	500,00 €
Outros Investimentos	1.000,00 €
Locação Financeira	1,00 €
Total	**903.016,00 €**

As despesas de capital apresentam um valor total previsto de 903.016,00 euros. No essencial, trata-se de despesas com equipamento informático, *software* e equipamento básico a adquirir no âmbito das ações das operações, "Trás-os-Montes Conectada – Plataforma Única de Atendimento", E-mob – rede de percursos das terras de Trás-os-Montes, bem como à aquisição de uma viatura.

3. RECURSOS HUMANOS

A atividade da CIM-TTM é desenvolvida pelo Secretariado Executivo Intermunicipal com o apoio técnico prestado pelos Recursos Humanos da CIM e pelas duas associações de municípios de fins específicos.

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) estabelece os princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal.

Nesta conformidade, procedeu-se à elaboração de um Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que a entidade necessita para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função: da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2021 ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários para a execução das atividades, os quais constam no Mapa de Pessoal anexo ao presente orçamento. As verbas relativas a despesas com pessoal, inscritas na proposta de Orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações dos trabalhadores que se mantêm em exercício de funções na CIM-TTM, bem como a dos novos recrutamentos de pessoal, previstos no Mapa de Pessoal.

O Mapa de Pessoal é aprovado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, e tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página electrónica (vide artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigo 29.º, n.º 4, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).

3.1 Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Sendo as áreas da Saúde, da Higiene e Segurança no Trabalho de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores da CIM-TTM encontra-se prevista no orçamento verba capaz de cobrir as despesas necessárias à prestação deste serviço.

4. OBJETIVOS E ATIVIDADES

O ano 2021 representará o oitavo ano completo de atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

O objetivo do Conselho Intermunicipal é que a CIM-TTM seja um veículo de promoção do território e do que a região tem de diferenciador, pelo que pretende continuar o ciclo de presenças em feiras temáticas a realizar no território nacional e no estrangeiro, o que não aconteceu no ano de 2020 devido à pandemia.

Contudo, o principal objetivo do Conselho Intermunicipal é operacionalizar o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e em estreita harmonia com as atuais políticas, quer nacionais quer internacionais, a CIM-TTM tem como objetivo:

- ✓ Promoção do território de forma sustentada;
- ✓ Aumento da notoriedade do território das TTM através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores da Marca "Terras de Trás-os-Montes";
- ✓ Promoção do empreendedorismo;
- ✓ Modernizar a administração local, através da operação "Trás-os-Montes Conectada";
- ✓ Promoção da qualificação dos jovens, através do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.
- ✓ Formação para a Modernização e capacitação da Administração Local.
- ✓ Promoção e adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos.
- ✓ Melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e de bens.
- ✓ Garantir um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo Acessibilidade, Inclusão Social e Justiça Social
- ✓ Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa (em particular de CO2) e do consumo de energia.
- ✓ Coordenar a Elaboração do Sistema Cadastral Simplificado.

A elaboração do Plano Estratégico da CIM para o período de Programação 2021 – 2027 será uma prioridade nas atividades a desenvolver pela CIM ano de 2021.

MAPA DE PESSOAL 2021

Carreira Técnico Superior/Assistente Técnico

Conteúdo funcional (artigo 88.º n.º 2 da LTPF): Técnicos Superiores: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Assistentes Técnicos: Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços

Atividade / área	Núcleo	Contrato de trabalho em funções publicas				
		Termo resolutivo certo		Por tempo Indeterminado		OBS
		Provido	A prover	Provido	A Prover	
Secretariado Executivo InterMunicipal	CIM			1		Em Comissão de Serviço proveniente do Ministério da Agricultura
Comunicação	CIM			1		
Florestal	CIM			1		
Informática	CIM	1				Termina 31/08/2021
Marketing	CIM	1				Termina 15/01/2021
Gestão	CIM	1				Termina 15/01/2021
Docente	CIM			1		b) Em cedência de Interesse Público proveniente do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia
Direito	CIM		1			
Turismo	CIM		1			
Gestão	CIM				1	
Marketing	CIM				1	
Especialista de Informática	CIM				1	
Técnico Superior	CIM				6	
Assistente Técnico	CIM				2	
	TOTAL	**3**	**2**	**4**	**11**	

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2021

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	5.532.926,88	Correntes	5.532.926,88
De capital	903.016,00	De capital	903.016,00
Outras Receitas		Outras Despesas	
Total	6.435.942,88	Total	6.435.942,88
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	6.435.942,88	Total Geral	6.435.942,88

Em ___ de _____ de ____	Em ___ de _____ de ____

ENTIDADE Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2021

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	5.532.926,88
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	50,00
04.02.01	JUROS DE MORA	50,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	50,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.530.766,88
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.691.803,90
06.03.01	ESTADO	1.009.791,00
06.03.01.99	OUTRAS	1.009.791,00
06.03.01.99.01	DGAL	270.991,00
06.03.01.99.02	OUTRAS	738.800,00
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.682.012,90
06.03.06.01	FEDER (CORRENTE)	1.716.085,55
06.03.06.02	FSE (CORRENTE)	965.927,35
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.838.962,98
06.05.01	CONTINENTE	1.838.962,98
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	1.838.962,98
06.05.01.01.01	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	157.623,65
06.05.01.01.02	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	145.478,47
06.05.01.01.03	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	331.012,10
06.05.01.01.04	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	192.884,05
06.05.01.01.05	MUNICIPIO DE MIRANDELA	268.363,30
06.05.01.01.06	MUNICIPIO DE MOGADOURO	382.588,30
06.05.01.01.07	MUNICIPIO DE VILA FLOR	115.979,72
06.05.01.01.08	MUNICIPIO DE VIMIOSO	87.915,90
06.05.01.01.09	MUNICIPIO DE VINHAIS	157.117,49
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.060,00
08.01	OUTRAS	2.060,00
08.01.99	OUTRAS	2.060,00
08.01.99.99	DIVERSAS	2.060,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	903.016,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	903.016,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	803.713,99
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	803.713,99
10.03.07.01	FEDER (CAPITAL)	803.713,99
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	99.302,01
10.05.01	CONTINENTE	99.302,01
10.05.01.01	MUNICÍPIOS	99.302,01
10.05.01.01.01	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	7.199,40
10.05.01.01.02	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	18.400,66
10.05.01.01.03	MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	12.740,45
10.05.01.01.04	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	8.788,23
10.05.01.01.05	MUNICIPIO DE MIRANDELA	13.773,19
10.05.01.01.06	MUNICIPIO DE MOGADOURO	11.519,03
10.05.01.01.07	MUNICIPIO DE VILA FLOR	7.328,49
10.05.01.01.08	MUNICIPIO DE VIMIOSO	7.894,51
10.05.01.01.09	MUNICIPIO DE VINHAIS	11.658,05
	TOTAL DAS RECEITAS	6.435.942,88

Em ___ de _____ de ____

_____

Em ___ de _____ de ____

_____

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES INICIAIS
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DO ANO 2021

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO	6.435.942,88	
01.01		ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	14.500,00	
		DESPESAS CORRENTES		14.500,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		8.500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		8.500,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		8.500,00
	01.02.13.02	OUTROS		8.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		6.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		6.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		6.000,00
01.02		CONSELHO INTERMUNICIPAL	6.421.442,88	
		DESPESAS CORRENTES		5.518.426,88
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		386.812,89
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		304.001,00
	01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS		40.140,00
	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		44.370,00
	01.01.03.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		44.370,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		99.882,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		99.882,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		31.640,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		31.640,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		23.925,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		13.000,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		19.044,00
	01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		32.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.010,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		4.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		5,00
	01.02.13.02	OUTROS		5,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		5,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		75.801,89
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		3.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		560,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		65.091,89
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		65.091,89
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		23.091,89
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		42.000,00
	01.03.09	SEGUROS		4.200,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		4.200,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		2.950,00
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		2.950,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.643.440,99
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		65.260,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		3.000,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		3.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		500,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.500,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		50,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		40.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		5,00
	02.01.21	OUTROS BENS		20.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.578.180,99
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		400,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00
	02.02.04.01	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS - GERAL		1,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		15.000,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		20.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1.361.895,99
	02.02.10.01	TRANSPORTES - COMPENSAÇÕES		1.053.895,99

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.10.02	TRANSPORTES - PROTRANSP		306.000,00
	02.02.10.99	OUTROS		2.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		40.000,00
	02.02.12	SEGUROS		1.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		70.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		1.475.217,00
	02.02.14.01	PAMUS - PLANO AÇÃO MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA		113.000,00
	02.02.14.03	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		500.000,00
	02.02.14.04	AVALIAÇÃO DE RISCOS - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL		100.130,00
	02.02.14.06	PROVERE		91.102,00
	02.02.14.07	TRAS-OS-MONTES CONETADO		58.175,00
	02.02.14.08	DISCOVER DUERO DOURO		31.400,00
	02.02.14.09	CULTURA PARA TODOS		28.375,00
	02.02.14.11	PATRIMONIO CULTURAL NATURAL - CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA		92.250,00
	02.02.14.12	SMART REGION		103.285,00
	02.02.14.13	PLANO DE APOIO TECNICO PARA A IGUALDADE DE GENERO		157.500,00
	02.02.14.99	OUTROS		200.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		150.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		185.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1.128.667,00
	02.02.20.01	ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE TURISMO DE NATUREZA DAS TTM		120.000,00
	02.02.20.02	PROVERE		625.700,00
	02.02.20.03	CADASTRA E CAPACITA		90.967,00
	02.02.20.04	PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL - FESTIVAL PATRIMONIO IMPROVAVEL		70.000,00
	02.02.20.05	PICIEE		200.000,00
	02.02.20.99	OUTROS		22.000,00
	02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		1.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		30.000,00
	02.02.25.02	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		30.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		2.118,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		2.118,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		2.000,00
	03.03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		118,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		485.005,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		320.000,00
	04.01.02	PRIVADAS		320.000,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		165.005,00
	04.05.01	CONTINENTE		165.005,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		165.005,00
	04.05.01.04.02	AMTQT		110.000,00
	04.05.01.04.03	AMTFNT		55.000,00
	04.05.01.04.99	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		5,00
	05	SUBSÍDIOS		50,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		50,00
	05.01.03	PRIVADAS		50,00
	05.01.03.01	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		50,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.000,00
	06.02	DIVERSAS		1.000,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		1.000,00
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		1.000,00
	06.02.01.01.99	OUTRAS		1.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		903.016,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		903.016,00
	07.01	INVESTIMENTOS		903.015,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		31.000,00
	07.01.06.01	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		30.000,00
	07.01.06.02	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MOBILIDADE SUAVE		1.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		566.195,00
	07.01.07.01	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO		539.990,00
	07.01.07.08	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		5,00
	07.01.07.09	SMART REGION		15.000,00
	07.01.07.10	PROVERE		11.200,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		209.980,00
	07.01.08.01	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO		143.100,00
	07.01.08.02	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		5,00
	07.01.08.04	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES		26.900,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.08.06	PROVERE		39.975,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		93.340,00
	07.01.09.01	PROVERE		92.340,00
	07.01.09.99	OUTRO		1.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		1.000,00
	07.01.10.02	OUTRO		1.000,00
	07.01.10.02.01	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		1.000,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		500,00
	07.01.13.01	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1.000,00
	07.01.15.05	OUTROS INVESTIMENTOS		1.000,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
	07.02.02	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				6.435.942,88

Em ___ de _____ de ____

_____

Em ___ de _____ de ____

_____

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2021

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS		
02 IMPOSTOS INDIRECTOS		
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00	0.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.530.766,88	85.9
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.060,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.532.926,88	86.0
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	903.016,00	14.0
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	903.016,00	14.0
TOTAL GERAL	6.435.942,88	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	395.312,89	6.1
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.649.440,99	72.2
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.118,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	485.005,00	7.5
05 SUBSÍDIOS	50,00	0.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	5.532.926,88	86.0
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	903.016,00	14.0
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS		
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	903.016,00	14.0
TOTAL GERAL	6.435.942,88	100.0

Identificação de Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Entidade : ENTIDADES INICIAIS

Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Fabrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código [2]	Ano	Tipo	Número [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de realização [5]	Grupo de Fontes de Financiamento 1 G [6]	2 F [7]	3 E [8]	4 DUR [9]	Datas Início [10]	Fim [11]	Fase de Execução [12]	Pagamentos Passado até 1-OUT-2020 [13]	Passado Mediato 2020-OUT-DEZ [14]	2022 [15]	Período seguintes 2022 [16]	2023 [17]	2024 [18]	2025 [19]	Outros [20]	Total previsto [21]+[13]+ ... [20]
1.					Funções gerais				872.015,20						1.751.555,41	830.704,72	872.015,20	120.665,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00		3.552.417,53
1.1.					Serviços gerais de administração pública				872.015,20						1.751.555,41	830.704,72	872.015,20	120.665,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00		3.552.417,53
1.1.1.					Administração geral				872.015,20						1.751.555,41	830.704,72	872.015,20	120.665,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00		3.552.417,53
1.1.1.					Modernização administrativa				872.015,20						1.751.555,41	830.704,72	872.015,20	120.665,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00		3.552.417,53
1.1.1.	02	2016	I	1º	INVESTIMENTOS IMPORTÂNCIAS	01020700120	CONTRA		500,20			2016/01/01	2026/12/31	NÃO APLICÁVEL			500,20	500,00	500,00	500,00	500,00		2.500,00
1.1.1.	03	2016			EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				500.000,20						664.058,51	830.704,72	500.000,20						2.194.763,23
1.1.1.	03002	2016	I	8	PLANEAMENTO TÁXI-GPS-MOVIS CONTROLO	01020700107A	CONTRA		500.000,20			2016/01/01	2022/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA SUPE	664.058,51	830.704,72	500.000,20						2.194.763,23
1.1.1.	04	2016			SOFTWARE INFORMÁTICO				145.000,20						594.645,42		145.000,20						739.645,42
1.1.1.	04002	2016	I	15	PLANEAMENTO TÁXI-GPS-MOVIS CONTROLO	01020700106A	CONTRA		145.000,20			2016/01/01	2022/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA SUPE	594.645,42		145.000,20						739.645,42
1.1.1.	01	2018	I	3	OUTROS INVESTIMENTOS	01020700135	CONTRA		1.000,20			2018/01/02	2026/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,20	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.000,20
1.1.1.	02	2018			EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				20.000,20						266.571,70		20.000,20						286.571,70
1.1.1.	02006	2018	I	1	PLANO INCÊNDIOS DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	01020700107A	CONTRA		20.000,20			2018/01/02	2022/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA SUPE	266.571,70		20.000,20						286.571,70
1.1.1.	04	2018			SOFTWARE INFORMÁTICO				20.000,20						3.873,55		20.000,20						23.873,55
1.1.1.	04006	2018	I	1	PLANO INCÊNDIOS DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	01020700106A	CONTRA		20.000,20			2018/01/02	2022/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA SUPE	3.873,55		20.000,20						23.873,55
1.1.1.	05	2018			EQUIPAMENTO BÁSICO				1.000,20								1.000,20						1.000,20
1.1.1.	05001	2018	I	9	EQUIPAMENTO BÁSICO GERAL	01020700105A	CONTRA		1.000,20			2018/01/02	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,20						1.000,20
1.1.1.	03	2021			EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA				26.200,20								26.200,20	37.965,20					64.165,20
1.1.1.	03001	2021	I	1	SMART VISION	01020700107A	A.M. DEL.		15.000,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			15.000,20	22.000,20					37.000,20
1.1.1.	03002	2021	I	2	PROXEC	01020700107C	CONTRA		11.200,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			11.200,20	15.965,20					27.165,20
1.1.1.	04	2021			SOFTWARE INFORMÁTICO				66.535,20								66.535,20	80.220,20					146.755,20
1.1.1.	04001	2021	I	3	SMART VISION	01020700104A	CONTRA		26.000,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			26.000,20	68.000,20					94.000,20
1.1.1.	04002	2021	I	4	PROXEC	01020700104C	CONTRA		39.535,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			39.535,20	12.220,20					51.755,20
1.1.1.	06	2021			EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO				95.345,20								95.345,20	1.000,20	1.000,00	1.000,20	1.000,20		99.345,20
1.1.1.	06002	2021	I	5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO GERAL	01020700105A	CONTRA		1.000,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			1.000,20	1.000,20	1.000,00	1.000,20	1.000,20		5.000,20
1.1.1.	06002	2021	I	6	PROXEC	01020700105C	CONTRA		92.345,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			92.345,20						92.345,20
5.					Funções económicas				31.001,20								31.001,20	202.523,20					233.524,20
5.3.					Transportes e comunicações				31.001,20								31.001,20	202.523,20					233.524,20
5.3.1.					Transportes rodoviários				31.001,20								31.001,20	202.523,20					233.524,20
5.3.1.	05	2016	I	29	DEPÓSITO FINANCEIRO	01020700101			1,20			2016/01/01	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL			1,20						1,20
5.3.1.	12	2019			EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE				1.000,20								1.000,20	202.523,20					203.523,20
5.3.1.	12002	2019	I	1	MATERIAL DE TRANSPORTE - PROPRIO - E-mob	01020700102	CONTRA		1.000,20			2019/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			1.000,20	202.523,20					203.523,20
5.3.1.	12	2021			EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE				30.000,20								30.000,20						30.000,20
5.3.1.	12002	2021	I	1	MATERIAL DE TRANSPORTE - PROPRIO	01020700102	CONTRA		30.000,20			2021/01/02	2022/12/31	NÃO INICIADA			30.000,20						30.000,20
					Total :				903.016,20						1.751.555,41	830.704,72	903.016,20	323.173,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00		3.815.043,53

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO Desagregar : Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2021 Períodos anteriores	Período	Soma	Plano orçamental plurianual 2022	2023	2024	2025
	Receita corrente		5.532.926,88	5.532.926,88	4.289.199,53	4.060.662,00	4.061.922,00	4.063.242,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R4	Rendimentos de propriedade		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R5	Transferências e subsídios correntes		5.530.766,88	5.530.766,88	4.287.599,53	4.059.062,00	4.060.322,00	4.061.642,00
R51	Transferências correntes		5.530.766,88	5.530.766,88	4.287.599,53	4.059.062,00	4.060.322,00	4.061.642,00
R511	Administrações Públicas		2.848.753,98	2.848.753,98	2.861.800,00	2.863.200,00	2.864.600,00	2.866.000,00
R5111	Administração Central - Estado Português		1.009.791,00	1.009.791,00	1.011.400,00	1.012.800,00	1.014.200,00	1.015.600,00
R5115	Administração Local		1.838.962,98	1.838.962,98	1.850.400,00	1.850.400,00	1.850.400,00	1.850.400,00
R512	Exterior - U E		2.682.012,90	2.682.012,90	1.425.799,53	1.195.862,00	1.195.722,00	1.195.642,00
R7	Outras receitas correntes		2.060,00	2.060,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
	Receita de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R9	Transferências e subsídios de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R91	Transferências de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R911	Administrações Públicas		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R9111	Administração Central - Estado Português		803.713,99	803.713,99	274.781,20	1.275,00	2.125,00	2.125,00
R9115	Administração Local		99.302,01	99.302,01	48.490,80	225,00	375,00	375,00
	Receita efetiva [1]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
	Receita não efetiva [2]							
	Receita total [3] = [1] + [2]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
	Despesa corrente		5.532.926,88	5.532.926,88	4.289.199,53	4.060.662,00	4.061.922,00	4.063.242,00
D1	Despesas com o pessoal		395.312,89	395.312,89	484.170,53	485.626,00	486.886,00	488.206,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		304.001,00	304.001,00	375.973,00	377.010,00	378.015,00	379.080,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00
D13	Segurança social		75.801,89	75.801,89	92.687,53	93.106,00	93.361,00	93.616,00
D2	Aquisição de bens e serviços		4.649.440,99	4.649.440,99	3.316.854,00	3.086.861,00	3.086.861,00	3.086.861,00
D3	Juros e outros encargos		2.118,00	2.118,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00
D4	Transferências e subsídios correntes		485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00
D41	Transferências correntes		485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00
D411	Administrações Públicas		165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00
D4115	Administração Local		165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00
D414	Outras		320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
D42	Subsídios Correntes		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras despesas correntes		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Despesa de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
D6	Aquisição de bens de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
	Despesa efetiva [4]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
	Despesa não efetiva [5]							
	Despesa total [6] = [4] + [5]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
	Saldo total [3] - [6]							
	Saldo global [1] - [4]							

Tipo de Orçamento : DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2021 Períodos anteriores	Período	Soma	Plano orçamental plurianual 2022	2023	2024	2025
02022001	ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE TURISMO DE NATUREZA DAS TTM		120.000,00	120.000,00	120.000,00			
02022002	PROVERE		625.700,00	625.700,00	347.832,00			
02022003	CADASTRA E CAPACITA		90.967,00	90.967,00	90.968,00			
02022004	PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL - FESTIVAL PATRIMONIO IMPROVAVEL		70.000,00	70.000,00				
02022005	PICIEE		200.000,00	200.000,00	350.000,00			
02022099	OUTROS		22.000,00	22.000,00	550.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
020221	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
D3	Juros e outros encargos		2.118,00	2.118,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00	2.120,00
030305	MATERIAL DE TRANSPORTE		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
030306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		118,00	118,00	120,00	120,00	120,00	120,00
D4	Transferências e subsídios correntes		485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00	485.055,00
D41	Transferências correntes		485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00	485.005,00
D411	Administrações Públicas		165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00
D4115	Administração Local		165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00	165.005,00
0405010402	AMTQT		110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00
0405010403	AMTFNT		55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00
0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D414	Outras		320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
040102	PRIVADAS		320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
D42	Subsídios Correntes		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras despesas correntes		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0602010199	OUTRAS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Despesa de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
D6	Aquisição de bens de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
07010601	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		30.000,00	30.000,00				
07010602	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MOBILIDADE SUAVE		1.000,00	1.000,00	202.623,00			
07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO		539.990,00	539.990,00				
07010708	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		5,00	5,00				
07010709	SMART REGION		15.000,00	15.000,00	22.000,00			
07010710	PROVERE		11.200,00	11.200,00	15.948,00			
07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO		143.100,00	143.100,00				
07010802	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		5,00	5,00				
07010804	SMART REGION TRÁS-OS-MONTES		26.900,00	26.900,00	68.000,00			
07010806	PROVERE		39.975,00	39.975,00	12.201,00			
07010901	PROVERE		92.340,00	92.340,00				
07010999	OUTRO		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0701100201	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		1.000,00	1.000,00				
07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
07011505	OUTROS INVESTIMENTOS		1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
070202	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00	1,00				
	Despesa efetiva [4]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
	Despesa não efetiva [5]							
	Despesa total [6] = [4] + [5]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO Desagregar : S Euros

Rubrica		Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021 Período	Soma	Plano orçamental plurianual 2022	2023	2024	2025
		Despesa corrente		5.532.926,88	5.532.926,88	4.289.199,53	4.060.662,00	4.061.922,00	4.063.242,00
D1		Despesas com o pessoal		395.312,89	395.312,89	484.170,53	485.626,00	486.886,00	488.206,00
D11		Remunerações Certas e Permanentes		304.001,00	304.001,00	375.973,00	377.010,00	378.015,00	379.080,00
	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS		40.140,00	40.140,00	40.265,00	40.385,00	40.505,00	40.625,00
	01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES		44.370,00	44.370,00	48.468,00	48.615,00	48.760,00	48.905,00
	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES		99.882,00	99.882,00	100.200,00	100.500,00	100.800,00	101.110,00
	01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO				75.262,00	75.500,00	75.700,00	75.950,00
	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES		31.640,00	31.640,00	28.944,00	29.030,00	29.120,00	29.210,00
	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		23.925,00	23.925,00				
	010111	REPRESENTAÇÃO		13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		19.044,00	19.044,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00
	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		32.000,00	32.000,00	48.834,00	48.980,00	49.130,00	49.280,00
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais		15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00	15.510,00
	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
	010204	AJUDAS DE CUSTO		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
	01021302	OUTROS		8.505,00	8.505,00	8.505,00	8.505,00	8.505,00	8.505,00
	010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
D13		Segurança social		75.801,89	75.801,89	92.687,53	93.106,00	93.361,00	93.616,00
	010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		3.000,00	3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
	010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		560,00	560,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		23.091,89	23.091,89	24.551,80	24.625,00	24.700,00	24.775,00
	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		42.000,00	42.000,00	56.634,73	56.970,00	57.140,00	57.310,00
	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		4.200,00	4.200,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		2.950,00	2.950,00	3.000,00	3.010,00	3.020,00	3.030,00
D2		Aquisição de bens e serviços		4.649.440,99	4.649.440,99	3.316.854,00	3.086.861,00	3.086.861,00	3.086.861,00
	02010202	GASÓLEO		3.000,00	3.000,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00	3.100,00
	020104	LIMPEZA E HIGIENE		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.500,00	1.500,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
	020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		40.000,00	40.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	020121	OUTROS BENS		20.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
	02020401	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS - GERAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		15.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	020209	COMUNICAÇÕES		20.000,00	20.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
	02021001	TRANSPORTES - COMPENSAÇÕES		1.053.895,99	1.053.895,99				
	02021002	TRANSPORTES - PROTRANSP		306.000,00	306.000,00				
	02021099	OUTROS		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	020212	SEGUROS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		76.000,00	76.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
	02021401	PAMUS - PLANO AÇÃO MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA		113.000,00	113.000,00				
	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		500.000,00	500.000,00	202.000,00			
	02021404	AVALIAÇÃO DE RISCOS - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL		100.130,00	100.130,00				
	02021406	PROVERE		91.102,00	91.102,00	24.600,00			
	02021407	TRAS-OS-MONTES CONETADO		58.175,00	58.175,00				
	02021408	DISCOVER DUERO DOURO		31.400,00	31.400,00	31.400,00			
	02021409	CULTURA PARA TODOS		28.375,00	28.375,00	28.375,00			
	02021411	PATRIMONIO CULTURAL NATURAL - CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA		92.250,00	92.250,00	92.250,00			
	02021412	SMART REGION		103.285,00	103.285,00	103.285,00			
	02021413	PLANO DE APOIO TECNICO PARA A IGUALDADE DE GENERO		157.500,00	157.500,00	157.500,00			
	02021499	OUTROS		200.000,00	200.000,00	848.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
	020215	FORMAÇÃO		100.000,00	100.000,00	61.582,00			
	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		150.000,00	150.000,00				
	020217	PUBLICIDADE		185.000,00	185.000,00	122.201,00			

Tipo de Orçamento : DA RECEITA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO Desagregar : S Euros

Rubrica		Designação	Orçamento 2021 Períodos anteriores	Período	Soma	Plano orçamental plurianual 2022	2023	2024	2025
		Receita corrente		5.532.926,88	5.532.926,88	4.289.199,53	4.060.662,00	4.061.922,00	4.063.242,00
R3		Taxas, multas e outras penalidades		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
	040201	JUROS DE MORA		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R4		Rendimentos de propriedade		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
	050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
		FINANCEIRAS							
R5		Transferências e subsídios correntes		5.530.766,88	5.530.766,88	4.287.599,53	4.059.062,00	4.060.322,00	4.061.642,00
R51		Transferências correntes		5.530.766,88	5.530.766,88	4.287.599,53	4.059.062,00	4.060.322,00	4.061.642,00
R511		Administrações Públicas		2.848.753,98	2.848.753,98	2.861.800,00	2.863.200,00	2.864.600,00	2.866.000,00
R5111		Administração Central - Estado		1.009.791,00	1.009.791,00	1.011.400,00	1.012.800,00	1.014.200,00	1.015.600,00
		Português							
	0603019901	DGAL		270.991,00	270.991,00	272.400,00	273.800,00	275.200,00	276.600,00
	0603019902	OUTRAS		738.800,00	738.800,00	739.000,00	739.000,00	739.000,00	739.000,00
R5115		Administração Local		1.838.962,98	1.838.962,98	1.850.400,00	1.850.400,00	1.850.400,00	1.850.400,00
	0605010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ		157.623,65	157.623,65	158.500,00	158.500,00	158.500,00	158.500,00
	0605010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA		145.478,47	145.478,47	146.200,00	146.200,00	146.200,00	146.200,00
	0605010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE		331.012,10	331.012,10	332.700,00	332.700,00	332.700,00	332.700,00
		CAVALEIROS							
	0605010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO		192.884,05	192.884,05	193.900,00	193.900,00	193.900,00	193.900,00
	0605010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA		268.363,30	268.363,30	269.700,00	269.700,00	269.700,00	269.700,00
	0605010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO		382.588,30	382.588,30	384.500,00	384.500,00	384.500,00	384.500,00
	0605010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR		115.979,72	115.979,72	116.600,00	116.600,00	116.600,00	116.600,00
	0605010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO		87.915,90	87.915,90	90.400,00	90.400,00	90.400,00	90.400,00
	0605010109	MUNICIPIO DE VINHAIS		157.117,49	157.117,49	157.900,00	157.900,00	157.900,00	157.900,00
R512		Exterior - U E		2.682.012,90	2.682.012,90	1.425.799,53	1.195.862,00	1.195.722,00	1.195.642,00
	06030601	FEDER (CORRENTE)		1.716.085,55	1.716.085,55	826.963,73	693.599,96	693.518,76	693.472,36
	06030602	FSE (CORRENTE)		965.927,35	965.927,35	598.835,80	502.262,04	502.203,24	502.169,64
R7		Outras receitas correntes		2.060,00	2.060,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
	08019999	DIVERSAS		2.060,00	2.060,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
		Receita de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R9		Transferências e subsídios de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R91		Transferências de capital		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R911		Administrações Públicas		903.016,00	903.016,00	323.272,00	1.500,00	2.500,00	2.500,00
R9111		Administração Central - Estado		803.713,99	803.713,99	274.781,20	1.275,00	2.125,00	2.125,00
		Português							
	10030701	FEDER (CAPITAL)		803.713,99	803.713,99	274.781,20	1.275,00	2.125,00	2.125,00
R9115		Administração Local		99.302,01	99.302,01	48.490,80	225,00	375,00	375,00
	1005010101	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ		7.199,40	7.199,40	3.515,59	16,31	27,19	27,19
	1005010102	MUNICIPIO DE BRAGANÇA		18.400,66	18.400,66	8.985,33	41,70	69,50	69,50
	1005010103	MUNICIPIO DE MACEDO DE		12.740,45	12.740,45	6.221,37	28,87	48,11	48,11
		CAVALEIROS							
	1005010104	MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO		8.788,23	8.788,23	4.291,44	19,91	33,19	33,19
	1005010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA		13.773,19	13.773,19	6.725,68	31,21	52,01	52,01
	1005010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO		11.519,03	11.519,03	5.624,93	26,10	43,50	43,50
	1005010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR		7.328,49	7.328,49	3.578,62	16,60	27,67	27,67
	1005010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO		7.894,51	7.894,51	3.855,02	17,89	29,81	29,81
	1005010109	MUNICIPIO DE VINHAIS		11.658,05	11.658,05	5.692,82	26,41	44,02	44,02
		Receita efetiva [1]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00
		Receita não efetiva [2]							
		Receita total [3] = [1] + [2]		6.435.942,88	6.435.942,88	4.612.471,53	4.062.162,00	4.064.422,00	4.065.742,00